

CGU

Controladoria-Geral da União



Relatório gerencial

Benefícios Gerados pelo Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal em 2020

Secretaria Federal de Controle Interno

Sumário

Sumário.....	2
1. Introdução.....	3
2. Resultado dos Benefícios Financeiros Aprovados	4
3. Resultado dos Benefícios não Financeiros Aprovados	6
4. Conclusão	9

1. Introdução

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal¹ (SCI), de acordo com o artigo 74 da Constituição Federal, deve ser mantido com a finalidade, entre outras, de avaliar a execução dos gastos públicos, tanto no que se refere à legalidade, quanto em relação à eficácia e à eficiência da gestão pública. Ele é composto pelo conjunto de unidades que desempenham atividades típicas de auditoria interna governamental no Poder Executivo Federal.

A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco. A materialização dos resultados dessa atividade é mensurada em termos de benefícios², conforme estabelece a [Instrução Normativa SFC nº 10/2020](#).

O presente trabalho objetiva apresentar a consolidação dos benefícios gerados pelo SCI, exceto do órgão central³, no exercício de 2020, bem como apresentar os desafios a serem enfrentados por essas diversas unidades no que se refere ao melhor direcionamento de suas atividades de modo a cumprir seus objetivos organizacionais.

Anualmente, as unidades de auditoria interna governamental (UAIG) reportam à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) informações sobre o seu desempenho. Desde 2019, são coletados dados especificamente sobre os benefícios aprovados. Em 2020, as informações foram coletadas por meio do Sistema e-Aud⁴. A nova sistemática de reporte das informações representou um importante avanço sobre a contabilização de benefícios gerados pelo SCI.

Figura 1 - Unidades que informaram dados sobre contabilização de benefícios



Fonte: CGU/SFC

Em 2020, registrou-se um crescimento da ordem de 103% das unidades que informaram os dados, se comparado as informações reportadas em 2019. No entanto, esse número ainda representa **pouco mais de 61% do total das unidades que compõem o SCI**.

¹ Para saber mais sobre o SCI, [clique aqui](#).

² Para saber mais sobre benefícios provenientes da atividade de auditoria interna governamental, [clique aqui](#).

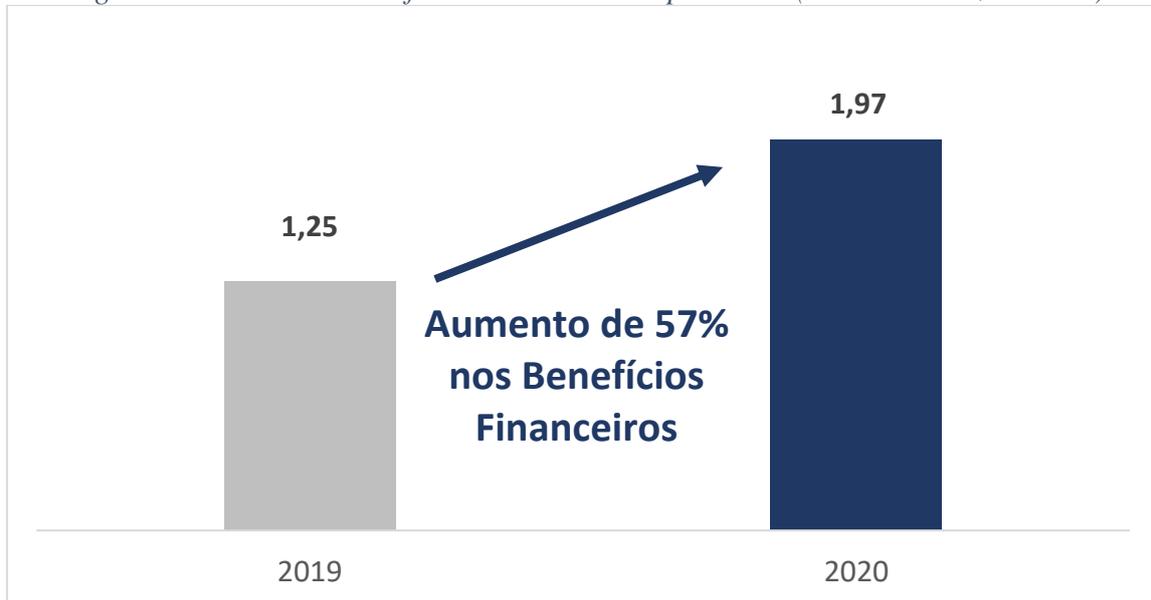
³ Relatório de Benefícios SFC 2020 pode ser acesso pelo seguinte endereço eletrônico: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/65116>

⁴ O sistema e-Aud integra, em uma única plataforma eletrônica, todo o processo de auditoria, desde o mapeamento do universo de auditoria e o desenvolvimento do plano anual de auditoria, até a operacionalização dos trabalhos individuais, contemplando as fases de planejamento, execução, comunicação dos resultados, monitoramento das recomendações emitidas e registro dos benefícios decorrentes, entre outras funcionalidades.

2. Resultado dos Benefícios Financeiros Aprovados

Em 2020, o SCI aprovou Benefícios Financeiros (BF) no total de R\$ 1.967.598.331,51. O valor corresponde a um acréscimo de 57% em relação ao resultado apurado em 2019⁵, conforme se observa na Figura 2.

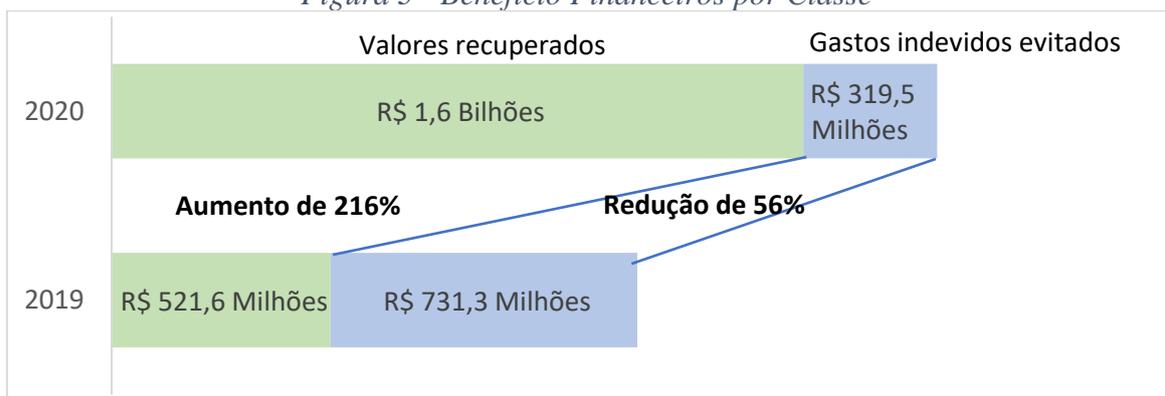
Figura 2 - Resultado Benefícios Financeiros Aprovados (valores em R\$ Bilhões)



Fonte: CGU/SFC

Os BF podem ser segregados em dois tipos de classe: (i) valores recuperados; e (ii) gastos indevidos evitados. A figura a seguir apresenta a comparação por tipo de classe entre os exercícios de 2019 e 2020. Há um crescimento significativo entre os valores recuperados em 2020 que alcançou a ordem de R\$ 1,65 bilhão. Quando comparado ao exercício de 2019, a variação correspondeu a 216%. Por sua vez, os gastos indevidos tiveram recuo da ordem de 56%.

Figura 3 - Benefício Financeiros por Classe



Fonte: SFC/CGU

O Quadro 1 apresenta a relação das Audin que mais geraram benefícios financeiros em 2020. As seis unidades destacadas representam 91% do total de benefícios apurados no exercício.

⁵ Em 2019, os dados de benefícios foram levantados por meio de informações disponibilizada em planilhas pelas respectivas Audin's

Quadro 1 - AUDIN que tiveram mais benefícios financeiros apurados

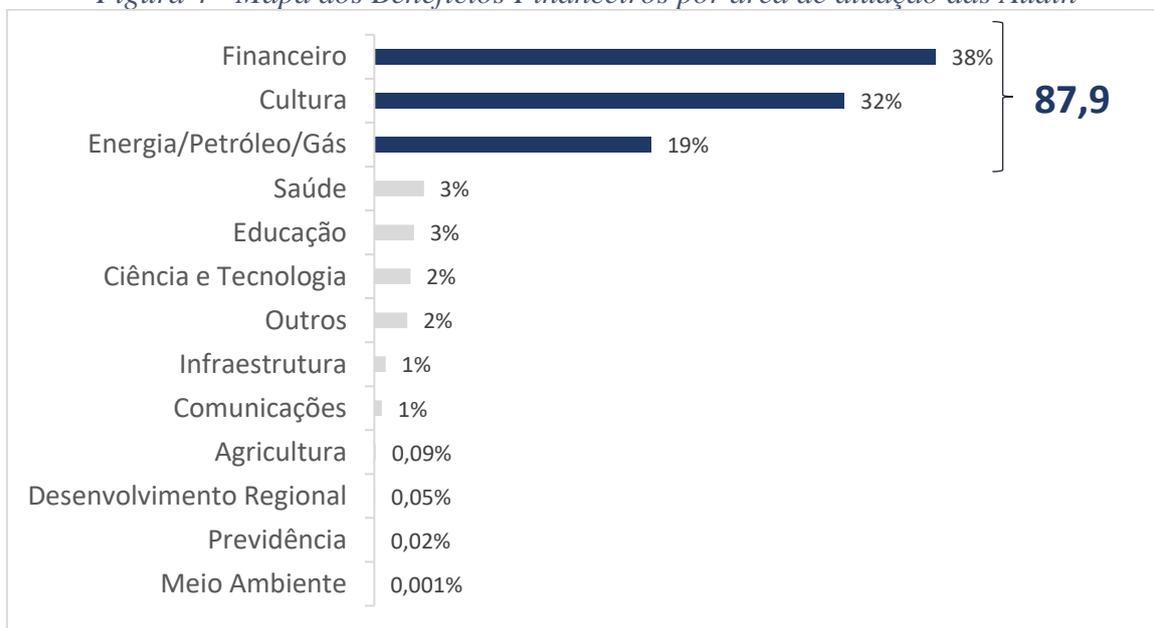
AUDIN	Valor	% do total	% acumulado
AUD/ANCINE	621.723.598,07	32%	32%
AUDIN/BB	556.488.936,85	28%	60%
AUDIN/PETROBRAS	334.541.686,11	17%	77%
AUDIN/BNB	155.948.337,63	8%	85%
AUDIN/EBSERH	58.159.859,92	3%	88%
AUDIN/UNIFAP	30.473.144,00	2%	89%
AUDIN/CAIXA	29.522.336,27	2%	91%
Total	1.786.857.898,85		

Fonte: SFC/CGU

Registra-se que a apresentação dessas informações é meramente ilustrativa não servindo, portanto, para efeito de comparações entre as Audin. Cada unidade executa suas atividades em um contexto distinto e dentro das suas limitações financeiras e operacionais. No entanto, as informações podem servir como forma de disseminar boas práticas e incentivar o aperfeiçoamento da atuação das diversas unidades com vistas a auxiliar as diversas organizações públicas a alcançarem seus objetivos institucionais.

Uma visão interessante dos BF é por setor de atuação das Audin. Conforme se observa na figura a seguir, as áreas mais representativas são as do setor financeiro, cultura, energia/petróleo/gás, saúde, educação e ciência e tecnologia, que juntas somam cerca de 96% do total dos benefícios gerados.

Figura 4 - Mapa dos Benefícios Financeiros por área de atuação das Audin



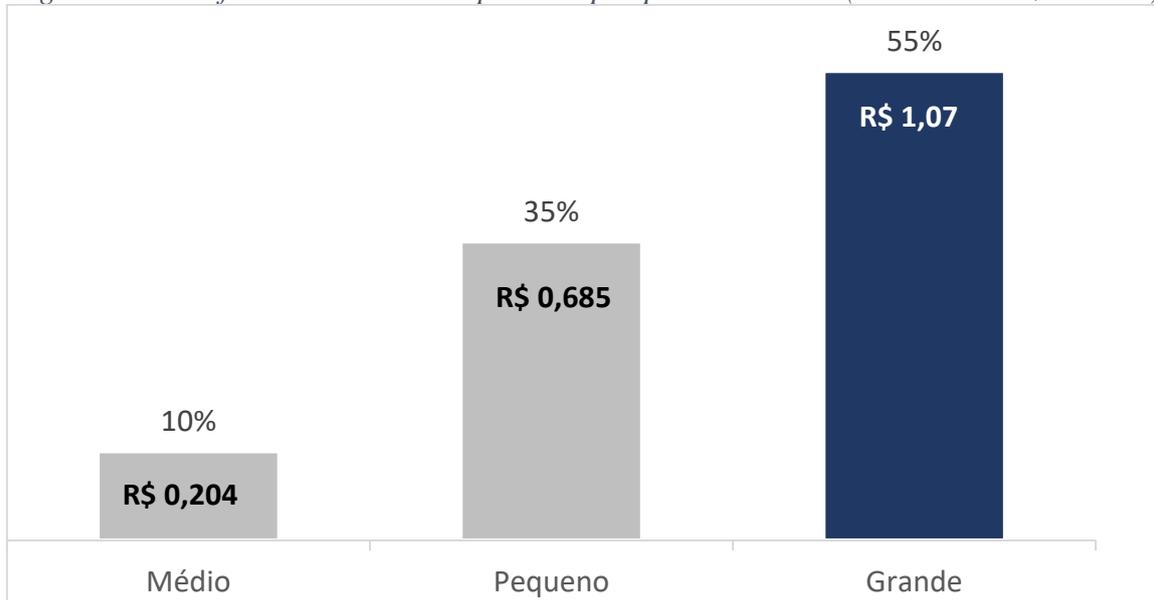
Fonte: SFC/CGU

A figura a seguir demonstra que os BF, em geral, são proporcionais ao porte⁶ da Audin. Isso se dá uma vez que o porte, muitas das vezes, é condizente com o tamanho do orçamento que está sob a supervisão da unidade. Embora a figura apresente uma porcentagem significativa (35%) dos

⁶ Para a definição do porte da Audin foi utilizado o seguinte critério: (i) pequeno, menor ou igual a 10 servidores; (ii) médio, maior do que 10 e menor do que 50 servidores; e (iii) maior ou igual a 50 servidores.

benefícios gerados pelas unidades de pequeno porte, a porcentagem elevada é oriunda de um benefício gerado por apenas uma unidade que representa 90% dos benefícios gerados. Excetuando o benefício desta unidade, por ser considerada um *outlier*, as Audin de pequeno porte representam cerca de 5% do total dos benefícios gerados.

Figura 5 – Benefícios Financeiros apurados por porte da Audin (Valores em R\$ Bilhões)



Fonte: CGU/SFC

3. Resultado dos Benefícios não Financeiros Aprovados

O resultado dos Benefícios não Financeiros (BnF) apresentou um acréscimo de 49%, em 2020, quando comparado ao resultado obtido em 2019, conforme demonstrado na Figura 6.

Figura 6 – Resultado Benefícios não Financeiro Gerado



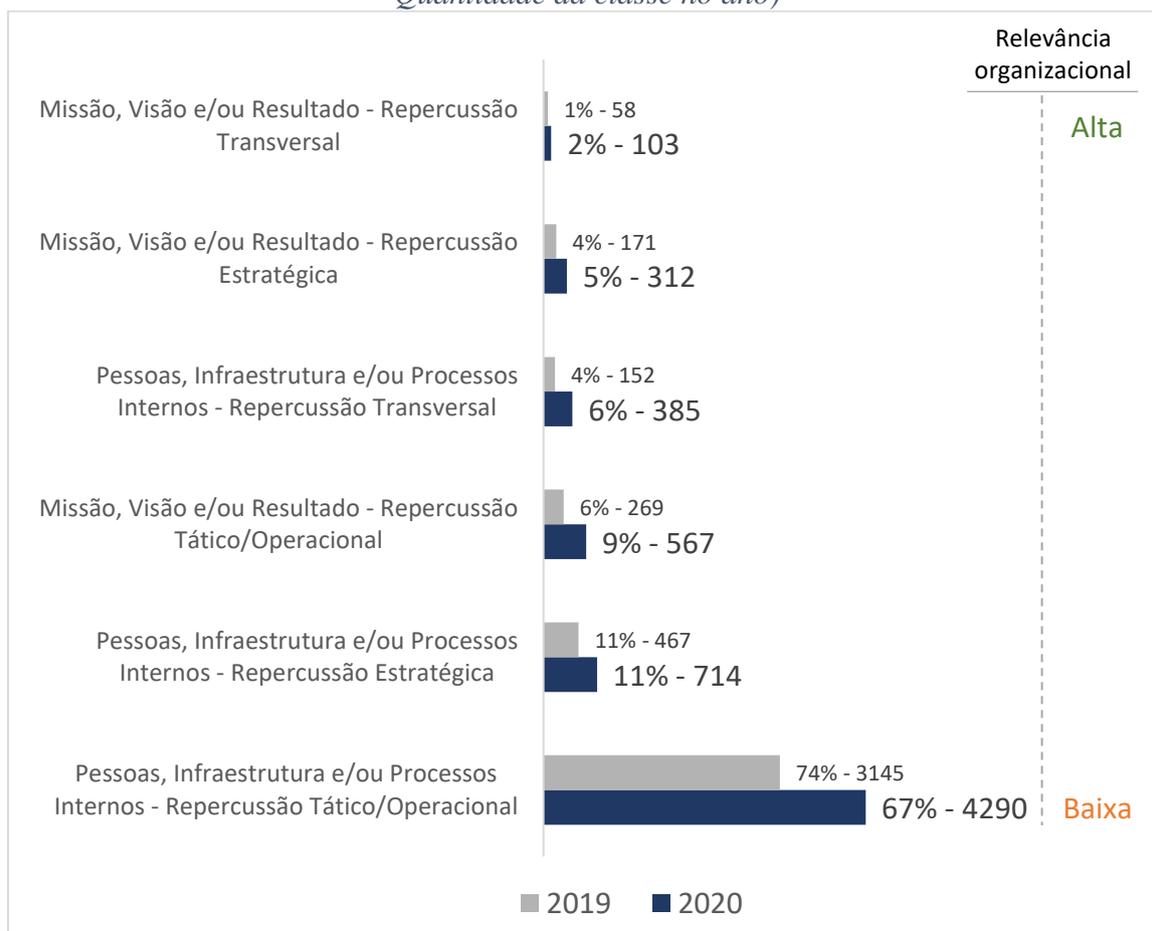
Fonte: CGU/SFC

A apuração dos BnF também pode ser segregada por tipo de classe. Nesse caso específico, a classe representa o nível de relevância do benefício que decorre da relação da dimensão afetada e da repercussão envolvida. Assim, por exemplo, um BnF relacionado à dimensão 'Missão, Visão e/ou Resultado' alinhado à repercussão 'Transversal' é aquele considerado o mais relevante em termos de impactos qualitativos da atuação da unidade de auditoria interna.

A figura a seguir apresenta visão geral dos BnF. Observa-se que a grande parte dos benefícios impactam a dimensão 'Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos internos' e repercussão

‘Tático/Operacional’ revelando, portanto, **atuação concentrada em baixo impacto para as organizações como um todo**. Dados os objetivos almejados para a atuação da auditoria interna governamental, espera-se que os trabalhos desenvolvidos tenham impactos nos resultados, missão e visão das instituições sendo as recomendações direcionadas para a alta administração dado o seu grau de relevância. Assim, **há a necessidade de maior reflexão dos trabalhos atualmente desenvolvidos com vista a ampliar a dimensão e repercussão dos trabalhos visando contribuir para potencializar os resultados para a organização**.

Figura 7 - Benefícios não Financeiros por Classe (Percentual da classe no ano – Quantidade da classe no ano)

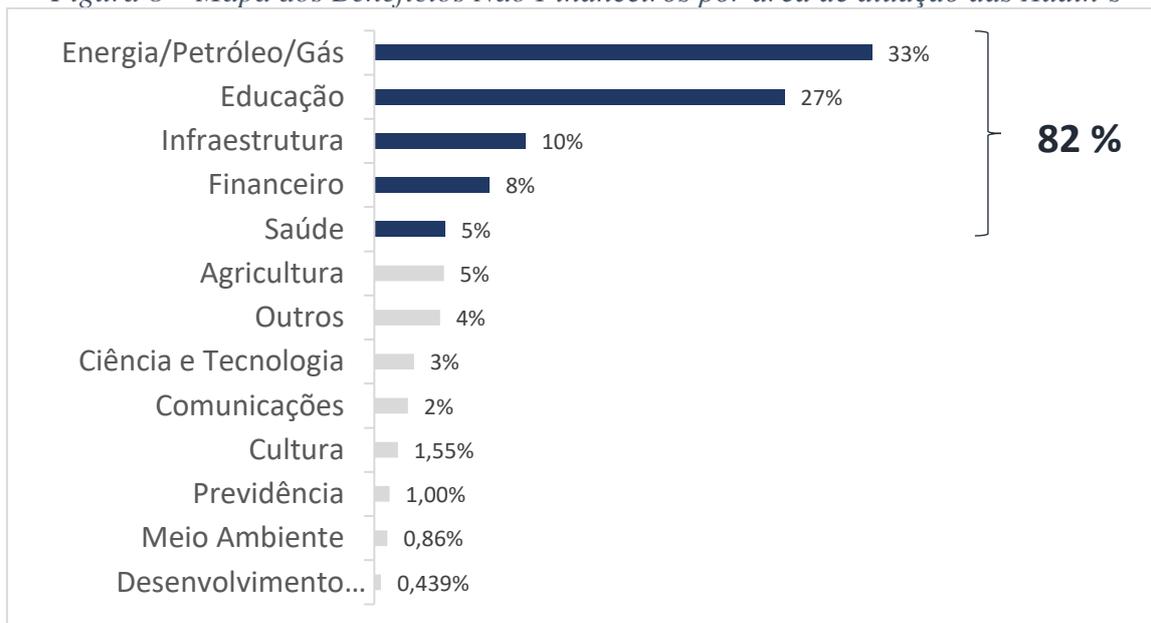


Fonte: CGU/SFC

Em 2020, os BnF relacionados a ‘Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos – Repercussão Tático/Operacional’ representaram cerca de **67% do total de benefícios**. Registra-se que esses são aqueles que podem ser considerados **de menor nível de relevância organizacional**. Em contraste, os BnF de maior impacto institucional, ou seja, aqueles que representariam maior nível de relevância organizacional, representaram apenas 2% dos benefícios apurados.

A visão geral dos BnF, por setor de atuação, apresenta um perfil um pouco diferente no que se refere aos setores de atuação das Audin que contribuíram com as maiores quantidades desse tipo de benefício, quando comparado aos BF. Destacam-se, nesse contexto, as Audin que atuam nas áreas de educação, infraestrutura e agricultura, por exemplo. A Figura 8 apresenta um panorama da situação. 86% dos benefícios são provenientes das Audin que atuam nas áreas de energia/Petróleo/gás, educação, infraestrutura, financeiro, saúde e agricultura.

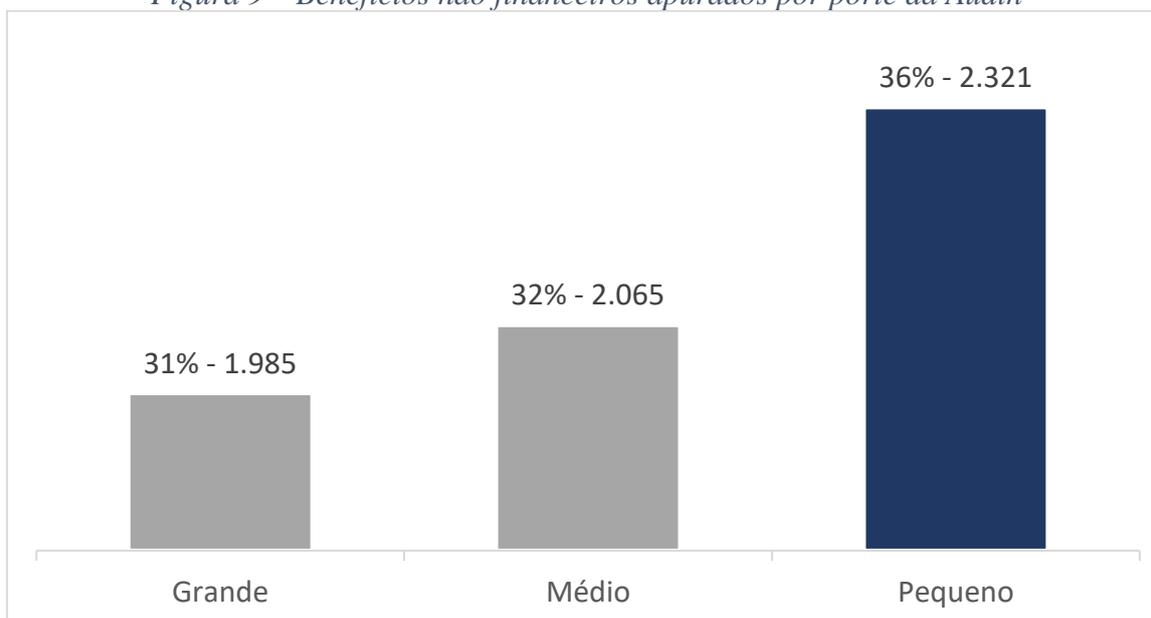
Figura 8 – Mapa dos Benefícios Não Financeiros por área de atuação das Audin's



Fonte: CGU/SFC

Por sua vez, quanto ao percentual de participação dos BnF por porte da Audin, observa-se que uma contribuição mais homogênea, conforme apresentado na figura a seguir.

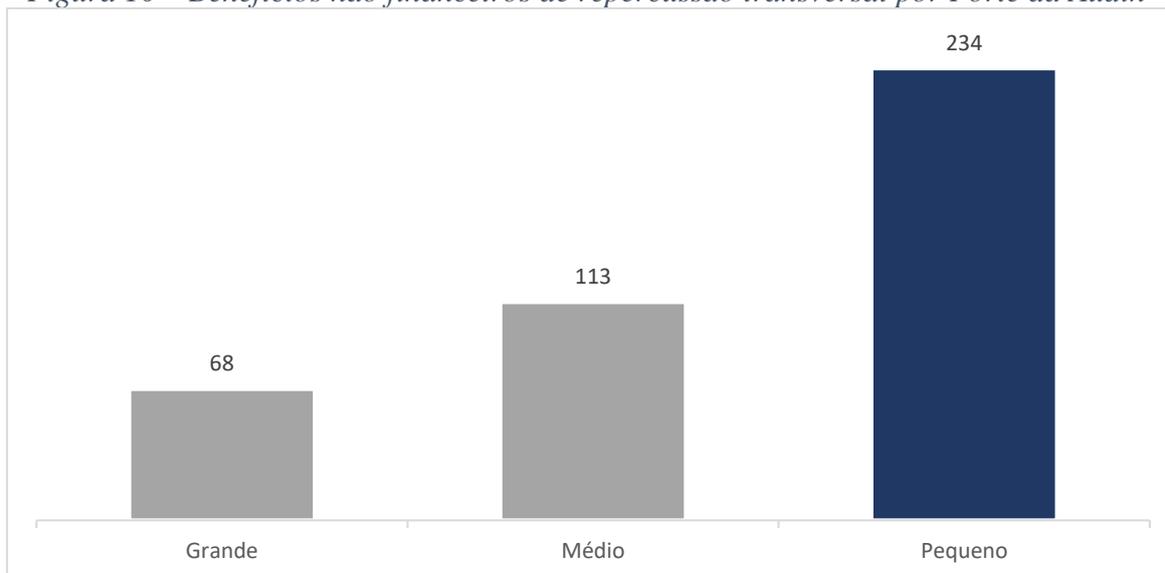
Figura 9 – Benefícios não financeiros apurados por porte da Audin



Fonte: CGU/SFC

No entanto, quando se observa por classe do BnF, as Audin de pequeno porte são aquelas que contribuem com o maior percentual de benefícios que têm repercussão transversal e estratégica com cerca de 57% (Figura 11).

Figura 10 – Benefícios não financeiros de repercussão transversal por Porte da Audin



Fonte: CGU/SFC

4. Conclusão

Embora o ano de 2020 tenha se apresentado de maneira desafiadora para o setor público, a atividade de auditoria do SCI apresentou evolução no que se refere à questão dos resultados apresentados, materializados por meio da apuração dos benefícios.

O presente relatório demonstrou essa evolução. Os BF alcançaram o montante de R\$ 1,9 bilhão, representando cerca de 57% de crescimento em relação ao registrado no ano anterior. Tal crescimento também foi observado em relação aos BnF. Em termos quantitativos, esse tipo de benefício apresentou um crescimento de 49% em relação ao ano de 2019.

É notória a evolução em curso. No entanto, é necessário avançar, principalmente no que se refere ao nível de impacto dos BnF. O relatório demonstrou que esses alcançam um baixo nível de relevância organizacional. Cerca de 67% tem repercussão tática/operacional afetando a dimensão pessoas, infraestrutura e/ou processos internos.

Assim, é preciso mudar o foco da atuação dos trabalhos com vista a priorizar aqueles que possuem a maior probabilidade de agregação de valor e, conseqüentemente, de benefícios. Com isso as Audin estarão cumprindo seu papel de auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos.

Por fim, outro desafio para o SCI é criar a cultura de contabilização de benefícios, uma vez que 39% das unidades não apresentaram dados sobre a contabilização em 2020. Tal reporte torna-se importante à medida que representa um indicador da efetividade das atividades desenvolvidas pela diversas Audin e, portanto, garantindo geração e proteção de valor das organizações públicas.